



“VARIEDADE DE FORMAS INVARIABILIDADE DE CONCEITO”: EULÁLIO MOTTA E A REFORMULAÇÃO DOUTRINÁRIA INTEGRALISTA (1950-1951)

Doi: 10.4025/8cih.pphuem.3397

Fernando Santana de Oliveira Santos, UEFS

Resumo

O artigo discute pontos da reorientação doutrinária do movimento integralista organizado sob a denominação Partido de Representação Popular (PRP). A metodologia empregada consiste na elaboração de um estudo de trajetória cujo recorte é a atuação do poeta mundonovense e militante integralista Eulálio de Miranda Motta na qualidade de articulista do Jornal *O Serrinhense*, nos anos de 1950 e 1951. Confrontando antigas e novas estratégias da propaganda “verde-oliva”, o estudo tem por objetivo aferir a extensão da atualização doutrinária integralista em face do regime liberal-democrático iniciado no Brasil após o fim do Estado Novo. Nesse sentido, argumenta-se que esta reformulação foi mais uma tentativa de o movimento se adaptar às regras do “novo” regime, com a finalidade de se manter nas disputas eleitorais, do que de fato um redimensionamento de suas diretrizes ideológicas. Além disso, propõe-se que a defesa de posturas ora liberais ora corporativistas pelos perrepistas não era uma contradição estranha à condição de classe não autônoma da pequena burguesia que eles representavam. Por fim, afirma-se que Eulálio Motta desempenhou um papel de intelectual pequeno burguês, cuja atividade jornalística serviu à propagação de um projeto de poder democraticamente restrito, voltado para a desqualificação da luta de classes e para a manutenção da ordem econômica burguesa.

Palavras Chave:

Integralismo; PRP; democracia restrita; liberalismo.

Um intelectual a serviço do SIGMA

O poeta e militante integralista Eulálio de Miranda Motta nasceu no município de Mundo Novo¹, Bahia, em 15 de abril de 1907. Em 1925, foi para Salvador com o intuito de continuar os estudos. Na capital do Estado, estudou no Ginásio Ypiranga, um educandário particular que reunia filhos da classe média baiana, e, posteriormente, cursou Farmácia na Faculdade de Medicina da Bahia, concluindo em 1933, mesmo ano que se filiou aos quadros da Ação Integralista Brasileira (AIB). Em 1934, voltou a residir no interior, na região de Mundo Novo, onde produziu a maior parte de seus escritos literários e jornalísticos. Faleceu em 15 de outubro de 1988, deixando uma extensa produção intelectual, parcialmente inédita.

Os jornais foram importantes meios de propagação da doutrina integralista. Serviam para atualizar e popularizar do *corpus* teórico do movimento junto aos militantes de maneira uniforme (CAVALARI, 1999, p. 79). Por meio da imprensa escrita, Motta reproduziu o conservadorismo da pequena burguesia que ele representava e promoveu uma acirrada campanha contra o comunismo e em defesa dos princípios do Sigma, com destaque para as publicações no jornal *O Lidador*², no período de 1933 até a extinção oficial da AIB pelo Estado Novo, em 1937.

Em fase posterior, quando da rearticulação dos integralistas no Partido de Representação Popular (PRP), Eulálio Motta publicou, pelo menos, meia centena de textos no semanário *O Serrinhense*, quase todos na coluna

“Atualidades”, nos anos de 1950 e 1951. O periódico foi fundado em 1924 por Reginaldo Cardoso Ribeiro, passando em 1932 para a propriedade de Bráulio Franco de Lima, que, além de diretor-proprietário, foi seu principal articulista até 1951. Embora o jornal não tenha sido criado como imprensa integralista, tornou-se a principal voz do movimento em Serrinha, cujo chefe era o próprio Bráulio (ALVES NETA, 2012).

Motta fundou um núcleo do PRP em Mundo Novo, juntamente com seu irmão Arnaldo, que exerceu a função de presidente do Diretório Municipal. No período, não havia um jornal local em circulação que abrisse espaço para a publicação de textos informativos e doutrinários dos integralistas, estratégia mantida pelo PRP. No entanto, apesar de estar a mais de 250 Km de distância de Serrinha, é provável que *O Serrinhense* também alcançasse leitores mundonovenses, conforme sugerem os artigos “Ele voltará” (MOTTA, 1950a, p. 2) e “Pêsames” (MOTTA, 1951d, p. 2).

O Diretório Municipal do PRP em Mundo Novo era modesto, não contava com a adesão de muitos membros e apresentava dificuldades financeiras para se manter, porém, chegou a construir uma sede própria e a eleger vereador. Motta foi Secretário do Diretório Municipal e Inspetor estadual do Partido, mas não ocupou cargo público.³ No pleito de 1947, obteve 517 votos para Deputado Estadual, ficando como terceiro suplente pela legenda (BRASIL, 1947).

Adiante, serão analisados alguns

¹ O município de Mundo Novo está localizado no centro-norte do Estado da Bahia. Até a primeira metade do século XX, além da área atual, abrangia os municípios de Piritiba e Tapiramutá.

² O jornal *O Lidador* foi fundado no município de Jacobina em 1933, pelo mundonovense Nemésio Lima, e circulou até 1943.

³ No acervo particular de Eulálio Motta, entre outros documentos, encontram-se 15 cadernos manuscritos contendo textos literários inéditos, rascunhos de cartas, discursos e projetos, anotações do cotidiano etc. Em especial, nos cadernos *Fotocopiado 2, Loja Vitória e Sem Capa 2*, foram registrados rascunhos de cartas e outros textos que demonstram a situação do Diretório Municipal do PRP de Mundo Novo e a atuação de Motta junto ao Partido.

pontos do programa do PRP, a partir dos textos de Eulálio Motta publicados no jornal *O Serrinhense*, destacando a reorientação doutrinária do movimento integralismo como estratégia de inserção do Partido em um cenário político dito democrático. Nessa perspectiva, serão ressaltadas: a concepção restrita de democracia; a moderação do discurso antiliberal; e a restrição à organização dos trabalhos.

Uma democracia adaptada

A AIB, fundada em 1932 por Plínio Salgado, nasceu como movimento político-cultural e somente foi registrada como partido político em 1935. Segundo Alexandre Ramos (2015, p. 22), a sua criação se deu pela convergência das ideias modernistas, autoritárias e religiosas em voga no cenário brasileiro desde a Primeira República e das mudanças relacionadas à chamada Revolução de 1930. O movimento teria incorporado alguns traços do fascismo europeu, especialmente no que se refere aos métodos de divulgação de seu projeto ideológico. No programa, destacavam-se: a proposta de Estado centralizador, dirigido por um Chefe Supremo; a crítica ao liberalismo, ao capitalismo e à democracia burguesa; o combate ao comunismo; a moralização das instituições; e o espiritualismo.

Para Gilberto Calil (2005, p. 146), a AIB serviu de instrumento de inserção da pequena burguesia, a camada majoritária na composição de seus extratos superiores, no processo político brasileiro, haja vista os partidos oligárquicos regionais não se mostrarem abertos à sua participação. Desse modo, a implantação de um Estado corporativo e centralizador configurava meio de defesa contra o capitalismo internacional e contra a luta de classes. Apesar de muitas vezes camufladas sob um discurso moralizador e idealista, as propostas da AIB não eram alheias aos apelos por sobrevivência de uma parcela da

sociedade incapaz de “produzir e sustentar um projeto próprio e autônomo frente às classes” (CALIL, 2005, p. 275).

A principal dificuldade de rearticulação dos integralistas em 1945 foi a falta de aceitação pelas demais forças políticas, que não estavam dispostas a se associarem à imagem antidemocrática e fascista do passado “camisa-verde”. A solução foi se adaptar ao “novo” cenário, esquivando-se das acusações de espionagem e de ligação com Hitler ou Mussolini (BERTONHA, 2016, p. 77). Além disso, investiram em uma reformulação doutrinária que os aproximasse mais de outros grandes partidos, a exemplo do Partido Social Democrático (PSD) e da União Democrática Nacional (UDN), cujos projetos políticos não destoavam muito do programa integralista.

No pós-1945, não se operaram mudanças radicais no cenário político brasileiro. Sobre a conjuntura que antecedeu o golpe de 1964, Florestan Fernandes afirma que não existia uma frágil democracia, mas uma autocracia burguesa dissimulada: “O povo não possuía nem mandatários responsáveis nem campeões leais no ‘campo burguês’; e quando o jogo democrático se tornou demasiado arriscado, os verdadeiros atores continuaram o baile sem máscaras” (FERNANDES, 2006, p. 374). Se se tratava de um jogo de dissimulação, os integralistas agrupados na legenda do PRP encenaram com maestria, reproduzindo “falas” e “trejeitos” democráticos.

Entre 1945 e 1952, o PRP apostou na formação de alianças com outros partidos como estratégia para se manter no jogo político e também como forma de “provar” o seu caráter democrático. Em 1945, apoiou a candidatura de Dutra (PSD); em 1947, aliou-se ao PSD, à UDN e a outros partidos menores nas eleições estaduais e municipais; em 1950, apoiou a candidatura à presidência do udenista

Eduardo Gomes. Para a concretização das coligações, os perrepistas exigiam dos partidos uma declaração de reconhecimento do seu caráter democrático (CALIL, 2005, p. 384). Dessa maneira, além de conquistarem visibilidade política, asseguravam que esses mesmos partidos não tornariam a lançar sobre eles a pecha de autoritários e fascistas.

As estratégias dos integralistas com vista à adequação do PRP ao jogo político pós-45 foram evidenciadas por Eulálio Motta em *O Serrinhense*. Em pelo menos quatro dos artigos publicados no semanário (MOTTA, 1950b, p. 2; MOTTA, 1950c, p. 2; MOTTA, 1950h, p.2), dedicou-se à tarefa de desvencilhar o integralismo do fascismo, chegando a afirmar categoricamente que “o Integralismo nunca foi e não é fascismo” (MOTTA, 1950c, p. 2). A negativa de vínculos contrariava posicionamentos do próprio autor publicados em *O Lidador*, em 1934, quando defendeu o fascismo italiano como resgate da nacionalidade perdida naquele país e ponderou a viabilidade do fascismo brasileiro, isto é, do integralismo (MOTTA, 1934, p. 4). É possível que as atrocidades da Segunda Guerra tenham operado na reelaboração do discurso do integralista. Porém, não se pode perder de vista que, na nova fase do movimento, a ocultação de sua matriz autoritária também se impunha como uma necessidade para a conquista de espaço na política brasileira.

No mesmo sentido, Motta delimitou para os leitores de *O Serrinhense* possíveis pontos de intersecção e de distanciamento entre a Ação Integralista Brasileira e o Partido de Representação Popular. Em artigo intitulado “Retifique-se”, solicitou ao jornal *A Tarde* que retificasse a informação de que os perrepistas são ex-integralistas (MOTTA, 1950i, p. 2). Segundo ele, os membros do PRP eram integralistas, pois o integralismo brasileiro é “um conceito de Estado com fundamento em um conceito

do Homem e da Vida” e não uma instituição. Explicou ainda que a AIB foi um partido que pregava o corporativismo, enquanto o seu sucessor era um partido não corporativista, mas ambos assemelhavam-se em essência, pois teriam adotado em seus programas o conceito de integralismo como fundamento político. Merecem transcrição as palavras do articulista:

[...] o Integralismo é substancia. A A.I.B. e o PRP são formas diferentes da mesma substancia. À variedade de circunstancias de cada momento histórico, deve corresponder variedade de formas. Variedade de formas invariabilidade de conceito [...] (MOTTA, 1950i, p. 2).

Desse modo, Motta justificava a mudança de perspectiva em relação ao corporativismo, a fim de que a “forma” atendesse às circunstâncias do momento vivido, ao mesmo tempo em que afirmava fidelidade em relação à essência integralista. Ou seja: não negava a necessidade de adaptação para sobreviver institucionalmente no tempo presente e também não recusava o idealismo do passado “camisa-verde”. Acenava tanto para “novas” forças políticas quanto para militantes históricos, afinal, estes e aquelas eram fundamentais para a continuidade do projeto integralista.

Nas eleições de 1950, Motta defendeu a formação de alianças em âmbito estadual, afirmando que “Uma coligação em torno de princípios ou de programas com fundamento em princípios, é quase sempre possível e útil”. No entanto, defendia que, em âmbito municipal, deveria haver liberdade para cada membro do partido escolher em quem iria votar, de acordo com “as realidades municipais”. Com isso, acreditava que “em cada município o Partido tiraria o máximo de vantagens eleitorais sem quebra dos princípios básicos que o definem e o norteiam”. Destacou que este era desejo dele, mas que competiria à

Convenção de seu Partido decidir a respeito, concluindo que “O Integralismo é a mais formidável escola de Democracia que já se abriu no Brasil” (MOTTA, 1950g, p. 2).

Calil (2005, p. 380) considera que a mudança de perspectiva dos integralistas em relação à formação de alianças partidárias, uma opção peremptoriamente rejeitada pela AIB, foi ao mesmo tempo concreta e simbólica. Foi concreta porque alterou, pelo menos provisoriamente, a estratégia de tomada de poder e instalação do Estado Integral, admitindo uma atuação nos limites da liberal-democracia. Por outro lado, foi simbólica, pois sugeria a perda da “pureza doutrinária” integralista. Abdicar dessa essência constituía um risco à coesão do movimento, daí porque intelectuais como Eulálio Motta se manifestaram publicamente pela possibilidade de a formação de coligações não resultar em “quebra dos princípios básicos que o definem e o norteiam” (MOTTA, 1950g, p. 2).

Apesar de tais declarações públicas, no âmbito privado, Eulálio Motta mostrava-se descontente com a nova configuração do integralismo. Em um rascunho de carta registrado no *Caderno Sem Capa 2*, destinada a Ivo, possivelmente outro militante integralista, o remetente desabafou:

[...] O povo está totalmente desencantado de partidos políticos. E o PRP é partido. Teremos de voltar a uma propaganda clara e forte do corporativismo se quisermos encontrar interesse e apoio do povo. Por sua vez, o corporativismo não resolve se os homens continuarem agarrados ao espírito burguês. E a experiência me tem mostrado que nas fileiras do PRP tal espírito permanece. [...]

Para o povo precisamos de coisas práticas, imediatas, como ataque ao regime de partidos e a explicação de como funciona, na prática, um

regime corporativista. Simultaneamente: ação religiosa intensa, com doutrina e prática [...] (MOTTA, 1951c, f. 52-53)

O desencanto pela nova forma do projeto integralista denunciava a conservação da face antidemocrática, sugerindo que a adesão pública às regras do regime partidário constituía uma estratégia temporária, ao menos para Motta. Desejava mesmo a instalação de um regime corporativista, sem partidos, personificado em um Chefe Supremo e subordinado à religião, como sempre quisera a AIB.

Como alternativa à democracia liberal, tão criticada no passado integralista, o PRP propôs uma democracia cristã, que consistia na subordinação do Estado aos preceitos cristãos. De acordo com Motta, “Democracia é quase sinônimo de Cristianismo. O verdadeiro democrata é quase um verdadeiro cristão: esquece de si mesmo para viver preocupado com as labutas do bem comum, do bem de todos” (MOTTA, 1951e, p. 2). Dessa maneira, retomava o espiritualismo característico da AIB e o enfatizava como fundamento do Estado democrático e não mais do “Estado Integral”, abrindo mão do “velho” discurso de que a “Liberal Democracia podre, representada pelos partidos políticos, está agonizante, está no fim” (MOTTA, 1933, p. 1).

De acordo com Calil (2005, p. 712), o uso do conceito de democracia cristã pretendia camuflar o caráter restrito da democracia defendida pelos perrepistas. Diante das dificuldades criadas pelo sistema político para a defesa pública de posturas centralizadoras e para a negação dos partidos políticos, o discurso religioso conservador poderia fazer as vezes do discurso autoritário. Em *O Serrinhense*, Motta defendeu o General Franco, ditador espanhol, das acusações de reacionário, neofascista e antidemocrático, proferidas pelo

maritainista Tristão de Athayde⁴, ressaltando as relações amistosas entre Igreja e o Estado espanhol, bem como a contribuição do estadista para o progresso da religião naquele país (MOTTA, 1951b, p. 2). Assim, o caráter autoritário do governo espanhol era silenciado em nome da defesa de um Estado fundado em bases católicas.

Os esforços dos integralistas para a construção de uma fachada democrática no pós-1945 foram canalizados por meio de antigas estratégias: a propaganda e a doutrinação. Os textos de Eulálio Motta em *O Serrinhense* sugerem essa tentativa de afirmar o caráter democrático do PRP. Para tanto, o poeta reproduziu, a seu modo, padrões de publicações integralistas que enfatizavam a negação da influência fascista, a cristianização da democracia liberal e a amistosidade com outros partidos conservadores.

Moderação do discurso antiliberal

O antiliberalismo tinha papel central do programa “camisa-verde” na década de 1930. O Estado liberal, no discurso integralista, era indicado como a causa da “politicagem” brasileira, da desmoralização das instituições e da opressão dos economicamente mais fracos. Para Hélgio Trindade (1979, p. 228), na primeira fase do movimento, a hostilidade dos integralistas esteve mais voltada contra esta corrente política do que contra o comunismo, visto que, naquele momento, a “ameaça vermelha” parecia distante de se concretizar no país; somente após a formação da ANL e o levante de 1935 que a campanha

anticomunista teria se intensificado. Além disso, segundo o autor, o liberalismo seria o inimigo mais imediato a combater, pois, na lógica integralista, dele derivariam as doutrinas socialistas.

A partir de 1946, com a promulgação da “nova” Constituição, implantou-se no Brasil um modelo liberal peculiar. De um lado, instituiu um sistema político formalmente pluralista e, de outro, propôs um mercado de trabalho segundo padrões comunitaristas e com organizações corporativas para os trabalhadores. Segundo Werneck Vianna (1978), ambas as formas constituíam dificuldades à plena realização do “indivíduo possessivo”, daí porque a dominação burguesa não pôde dispensar o exercício do poder autocrático. Assim, a burguesia teria por detrás “um Estado intérprete do ‘bem público’ e da ‘vontade nacional’, instrumento nem sempre dócil aos seus interesses imediatos de classe” (VIANNA, 1978, p. 287-288).

Diante desse contexto, o programa integralista abandonou a crítica radical ao liberalismo, inclusive adotando um posicionamento que o aproximava deste modelo. Nesse sentido, apresentou críticas à intervenção do Estado na economia, defendeu privatizações e a supressão de impostos “antieconômicos” (CALIL, 2005, p. 736-742). Alguns destes pontos podem ser localizados nos textos de Eulálio Motta publicados em *O Serrinhense*, apesar de o autor continuar sustentando discursivamente que “no Liberalismo está incluída a liberdade do grande esfolar o pequeno, do rico ser sanguessuga do suor do pobre” (MOTTA, 1951e, p. 2).

Além de farmacêutico, Eulálio Motta era um pequeno comerciante e criador de gado zebu. Por isso, seu posicionamento sobre a atuação do Estado na economia revelava, em grande medida, a heteronomia pequeno burguesa, oscilando entre o corporativismo estatal e a liberdade para produzir e lucrar. Em artigo intitulado

4 Alceu de Amoroso Lima, o Tristão de Athayde, foi um militante católico de uma corrente reformista inspirada no pensamento do filósofo Jacques Maritain. Nos anos de 1930, foi simpatizante do integralismo, mas se voltou contra o movimento, acusando-o de neofascista. Em alguns artigos publicados em *O Serrinhense*, Motta criticou duramente a mudança de posicionamento de Amoroso Lima.

“Duas Notícias”, criticou a “perseguição estúpida” aos pequenos criadores de gado, que seriam proibidos de matar as vacas de seus rebanhos. Ressaltou que os pequenos e grandes criadores costumavam fazer a “poda” do rebanho anualmente, “vendendo as vacas mais velhas e as novas ‘más criadeiras’ e estéreis”. Com isso, conseguiam renovar o rebanho e ainda algum reforço às finanças. Motta não citou a origem da proibição, mas, pelo texto, depreende-se que a medida pretendia incentivar a produção de gado de corte e, por meio do aumento da disponibilidade de carne bovina no mercado, baixar o preço do produto. Apesar da finalidade, para o articulista, a intervenção estatal era arbitrária, pois criava dificuldades para os produtores, constituindo “absurda restrição de liberdade do dono” (MOTTA, 1950d, p. 2).

No mesmo artigo, além de criticar a ausência de proteção aos criadores de gado, defendendo que “para que haja abundância de frutos, o lógico é que se proteja a árvore que os produz”, Motta comemorou a notícia de que “o Banco [do Brasil] fará empréstimos aos criadores com base na produção, isto é, fará empréstimos equivalentes a 70% dos bezerros recém-apartados” (MOTTA, 1950d, p. 2). Com isso, afirmava que haveria interesse dos criadores em aumentar o número de bezerros para ampliar o crédito, sem necessidade de matar as “vacas úteis”. Diferentemente da primeira notícia, esta foi considerada sensata pelo articulista.

Em outro artigo, também sobre a criação e o comércio de gado, Motta voltou a criticar o intervencionismo estatal na proposta dos “técnicos de gazeta”⁵, que sugeriam que o governo fizesse baixar o preço da carne por meio da criação de açougues estatais. Para ele, a solução era outra: estava em “pôr em

prática os meios de aumentar tal produto”, valorizando as vacas e tornando-as objetos preferenciais para empréstimos pecuários. Continuou afirmando que, assim, “O prestígio do zebu, fator decisivo no aumento da produção de carne está definitivamente assegurado, dispensando amparo oficial.” Concluiu que de outra maneira, “toda promessa de baixa de preço de carne, como aquela do snr. Getúlio prometendo carne de \$ 4,00, não passa de demagogia!” (MOTTA, 1951f, p. 2). Mais uma vez, a intervenção estatal na economia mostrava-se desnecessária para o perrepista, pois, segundo ele, bastava a “valorização da produção” para que as leis econômicas resolvessem os problemas da carestia.

Ao confrontar os posicionamentos de Motta nas duas situações, percebe-se que o intervencionismo estatal, quando criava embaraços para os produtores ou controlava preços dos produtos, não era bem-quisto, enquanto que a “intervenção salvadora” de banco público nas relações comerciais e a atuação pelo aumento de “prestígio” da mercadoria eram apresentadas como medidas alvissareiras. Nessa perspectiva, Calil (2005, p. 741) identifica uma das características marcantes do programa econômico perrepista/integralista: para proteger interesses concretos de determinados extratos da burguesia, o antiestatismo era imediatamente abandonado.

Restrição aos direitos dos trabalhadores

O projeto perrepista para os trabalhadores estava atrelado ao modelo econômico defendido pelo partido, centrando-se na formulação de propostas antipopulares que restringiam a capacidade de organização dos trabalhadores e o direito de greve, além de se opor ao aumento salarial (CALIL, 2005, p. 743). Ocorre que, nem sempre, essas proposições estavam bem

⁵ Faz referência a jornalistas brasileiros que comentariam os problemas da comercialização de carne sem o devido conhecimento.

delineadas nas argumentações dos integralistas. O mundonovense Eulálio Motta, por exemplo, escreveu alguns artigos para *O Serrinbense* denunciando a precarização das condições de vida dos trabalhadores, especialmente dos homens e mulheres do campo. Em “Sardinhas Humanas”, questionou até quando os políticos permitiriam nordestinos “ensardinhando-se em caminhões horríveis” a fim de migrarem para o Sul do país em busca de melhores condições de vida (MOTTA, p. 1950j, p. 4). Em outros, criticou a situação dos “Zeferinos”, personagem que ele idealizou em seus artigos para se referir aos trabalhadores do campo explorados pelos patrões. No entanto, ao lado de tais defesas, propôs a imposição de limites aos trabalhadores e promoveu a desqualificação das massas, por meio de um discurso camuflado pelo protecionismo.

Motta teceu críticas ao trabalhismo petebista, considerando-o “puramente demagógico”, o “messianismo das massas ignaras.” (MOTTA, 1950l, p. 2). Afirmava que o problema dessa compreensão de trabalho está na sua proximidade com o socialismo, materialista e superado. No entendimento do mundonovense, a socialização dos meios de produção era prejudicial porque o trabalhador labutaria o máximo e receberia o mínimo, continuando na mesma miséria. Segundo ele, não haveria muita diferença em relação ao liberalismo, que permitiria os patrões explorarem ao máximo os empregados, impedindo-lhes a melhora de vida (MOTTA, 1951e, p. 2). Dessa maneira, sugeria que as alternativas até então implantadas ou tentadas implantar no Brasil não eram satisfatórias, pois, apesar de fornecerem uma enxurrada de debates, direitos e deveres, eram incapazes de resolver o problema dos “zeferinos” (MOTTA, 1950m, p. 2).

Simultaneamente às críticas sobre os limites das diversas “políticas

trabalhistas”, Motta esboçou a alternativa integralista: propôs que, na “Era Integral”, não haveria substituição de uma classe por outra, patrões por operários ou vice-versa, mas a ordenação dos valores capital e trabalho, de modo que houvesse “cooperação das classes e não luta de classes” (MOTTA, 1950e, p. 2). Para ele, a fim de superar o ódio entre as classes, uma política realista de amparo aos trabalhadores não poderia “desamparar os exploradores” (MOTTA, 1951e, p. 2). Segundo Calil (2005, p.747), o projeto integralista do PRP incluía essa defesa sistemática da conciliação de classes e da suposta existência de interesses comuns entre patrões e trabalhadores. Consistia, na verdade, em uma proposta de desarticulação das camadas trabalhadoras, que eram desencorajadas a lutar por melhores condições de vida e de trabalho.

O projeto integralista para os trabalhadores incluía também a oposição ao aumento de salários, sob a justificativa de que a majoração de remuneração impingia um efeito paliativo, pois era acompanhada do aumento da inflação, fornecendo uma falsa sensação de melhora das condições de vida. Por mais de uma vez, em *O Serrinbense*, Motta criticou a política de aumento salarial, afirmando que ela provocava aumento dos preços dos produtos e assim criava um ciclo vicioso incontornável. Em campanha pela eleição do Brigadeiro Eduardo Gomes, dirigiu-se aos trabalhadores defendendo que a política de elevação dos salários não era a solução para os problemas de capital e trabalho. Argumentou que o udenista representava a saída para esse impasse, pois ele visaria o interesse de todas as classes e não apenas uma ou outra, concluindo que: “Qualquer política que desfralde a bandeira dos interesses de uma classe apenas, não resolve os problemas de nenhuma e agrava a situação de todas” (MOTTA, 1950f, p. 2).

Os argumentos do integralista

evidenciam a clássica tese liberal que responsabiliza o aumento dos salários pelo aumento da inflação, como se o preço da mão de obra não constituísse apenas uma parte do preço da mercadoria (CALIL, 2005, p. 746). No caso de economias de capitalismo dependente, a exemplo do Brasil, deve-se ainda ressaltar que a superexploração do trabalho torna ínfimo o preço da mão de obra em relação ao custo individual do produto, pois agrega aumento de jornada de trabalho, intensificação do trabalho e rebaixamento da possibilidade de reposição da força de trabalho. Essa combinação produz um efeito extraordinário para o empresário, ao passo que eleva simultaneamente as taxas de mais-valia e de lucro (MARINI, 2000).

A desagregação dos trabalhadores não foi propriamente um projeto autoral dos perrepistas, uma vez que, tanto durante quanto depois do Estado Novo, houve grande controle estatal à organização dos trabalhadores. De acordo com Marcelo Badaró (2004), os governos que sucederam a ditadura varguista aperfeiçoaram o braço repressivo do Estado, tendo a greve como seu principal alvo. Os primeiros anos da chamada “redemocratização” apresentaram uma redução dos movimentos paredistas, em função da repressão estatal. No entanto, a partir de 1950, voltaram a crescer, apesar do enfrentamento promovido pelo Estado. O apoio perrepista indicava a sua aproximação com os grupos que estavam no poder, mas também sugeria que, em razão da proposta de contenção dos trabalhadores, o PRP não poderia ser acusado de antidemocrático, pois estava alinhado com a política praticada pelo governo.

Consagrava-se, assim, sob a chancela perrepista, um contundente projeto burguês para os trabalhadores, em que à tentativa de desarticulação da capacidade organizativa, por meio “conciliação de classes”, somava-se uma

proposta de contenção de salários e, conseqüentemente, de barateamento dos custos e de maximização dos lucros.

Considerações finais

A análise dos textos publicados por Eulálio Motta em *O Serrinhense* indica que a reformulação doutrinária do movimento integralista não foi tão profunda quanto se pode pensar. As mudanças operaram mais na adaptação às regras da democracia, com a finalidade de se manter nas disputas políticas após o Estado Novo, do que na atualização de seus princípios. Alterou-se a aparência, mas se conservou a essência integralista: a simpatia pelo corporativismo estatal e a aproximação com um projeto econômico excludente.

A propagação da reorientação doutrinária por meio da imprensa, como antes, visava manter a intelectualidade integralista informada sobre as ações do PRP e promover a arregimentação de militantes. No contexto da “redemocratização” pós-1945, serviu ainda de “profissão de fé” ao “novo” regime. A adesão democrática, porém, mostrava-se tática e provisória, ao passo que os integralistas/perrepistas aguardavam na espreita uma oportunidade para revelar a face autoritária e excludente de seu programa político. Esta precariedade da noção de democracia, no entanto, não era exclusividade do PRP, mas uma constante do cenário político instalado após a ditadura varguista.

Argumenta-se ainda que a defesa de posturas ora liberais ora corporativistas pelo PRP não constituía uma contradição estranha à existência da pequena burguesia que ele representava, na qualidade de camada social não autônoma e incapaz de ocupar a direção do Estado. Assim, a posição intermediária de seus agentes, entre a burguesia e o proletariado, obrigava-os tanto a reivindicar a proteção do Estado contra as intempéries da exploração do

capital quanto a apoiar os projetos da burguesia, a fim de se protegerem da proletarização.

Por fim, considera-se que, naquele contexto, os discursos produzidos por Eulálio Motta não constituíam falas isoladas de um homem conservador. Seus escritos jornalísticos evidenciam, sobretudo, a atuação de um intelectual pequeno burguês, comprometido com um projeto de poder democraticamente restrito, voltado para a desqualificação da luta de classes e para a manutenção da ordem econômica burguesa.

Referências

- ALVES NETA, Amélia Saback. **Os verdes às portas do sertão**: doutrina e ação política dos integralistas na Bahia (1932-1945). 2012. 145f. Dissertação (Mestrado em História Regional e Local) – Departamento de Ciência Humanas, Campus V, Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus, 2012.
- BERTONHA, João Fábio. **O Integralismo e sua história**: memórias, fontes, historiografia. Salvador: Editora Pontocom, 2016.
- BRASIL. Tribunal Superior Eleitoral. **Repositório de Dados Eleitorais**, 1947. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais>>. Acesso em 22 abr. 2017.
- CALIL, Gilberto Grassi. **O Integralismo no Processo Político Brasileiro** – O PRP entre 1945 e 1965: Cães de Guarda da Ordem Burguesa. 2005. 819 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná / Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2005.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. **Integralismo**: ideologia de um partido de massa no Brasil (1932-1937). São Paulo: Edusc, 1999.
- FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil**. São Paulo: Globo, 2006.
- MARINI, Ruy Mauro. Dialética da dependência. In: MARINI, R. M. **Dialética da Dependência**. Petrópolis, Vozes-Buenos Aires, CLACSO, 2000.
- MATOS, Marcelo Badaró. Greves, sindicatos e repressão policial no Rio de Janeiro (1954-1964). **Revista Brasileira de História**, 2004, vol.24, n.47, p.241-270.
- MOTTA, Eulálio. “ELE VOLTARÁ?”. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 3, p. 2, 06 mai., 1950a.
- _____. “SUSPEITO”. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 43, p. 2, 24 fev. 1951a.
- _____. CONVERSÃO. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 2, p. 2, 29 abr. 1950b.
- _____. DETEFON. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 5, p. 2, 20 mai. 1950c.
- _____. DIANTE DISTO...**O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 46, p. 2, 17 mar. 1951b.
- _____. DUAS NOTÍCIAS. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 8, p. 2, 10 jun. 1950d.
- _____. Integralismo. **O Lidador**, ano II, n. 23, p. 4, 09 fev. 1934.
- _____. JAZZ-BAND...**O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 28, p. 2, 11 nov. 1950e.
- _____. **Caderno sem Capa 2** [S.l.]:[s. n.], 1951c.
- _____. O integralismo vencerá! **O Lidador**, Jacobina, ano I, n. 17, p. 1, 29 dez. 1933.
- _____. Para Presidente da República. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 20, p. 2, 02 set. 1950f.
- _____. PÊZAMES, **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 49, p. 2, 07 abr. 1951d.
- _____. POLITICA BAHIANA, **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 10, p. 2, 24 jun. 1950g.
- _____. RECOERDO. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 19, p. 2, 26 ago. 1950h.
- _____. RETIFIQUE-SE. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 9, p. 2, 17 jun. 1950i.
- _____. Sardinhas Humanas. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 1, p. 4, 22 abr. 1950j.
- _____. Serão herdeiros... **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 37, p. 2, 13 jan. 1951e.
- _____. TRABALHISMO. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 7, p. 2, 03 jun. 1950l.
- _____. ZEBU?. **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 42, p. 2, 17 fev. 1951f.
- _____. ZEFERINOS... **O Serrinhense**, Serrinha, ano XIV, n. 31, p. 2, 02 dez. 1950m.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. **Intelectuais, carisma e ação integralista brasileira**. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.
- TRINDADE, Héglio. **Integralismo** (o fascismo brasileiro na década de 30). 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: DIFEL, 1979.
- VIANNA, Luiz Werneck. **Liberalismo e Sindicato no Brasil**. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.